

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: Teorias Sociológicas: Desafios Perenes e Questões
Emergentes

A sociologia pública de Michael Burawoy: uma nota teórica

Keila Lucio de Carvalho – CEFET/RJ

Introdução

Formulada pelo sociólogo britânico Michael Burawoy (1947-...), a sociologia pública é um modo de fazer sociologia engajada *com* e *para* públicos extra-acadêmicos.¹ Dois elementos marcam a diferença entre a sociologia pública e as outras formas de produzir e praticar sociologia que se limitam a falar *dos* públicos: o tipo de conhecimento envolvido – reflexivo, não instrumental – e os interlocutores privilegiados – públicos mais amplos, para além dos pares acadêmicos.

Apesar de a categoria sociologia pública ter sido formulada em 2004, o debate sobre o engajamento público dos sociólogos não é novidade.² A especificidade da sociologia pública, nesse sentido, corresponde a uma particularidade do ofício de sociólogo de conjugar sua produção sociológica com públicos extra-acadêmicos (BURAWOY, 2005a).

Como toda categoria, a sociologia pública precisa ser examinada em condições históricas concretas. No contexto norte-americano, a elaboração da sociologia pública aparece especialmente como uma crítica de Burawoy a uma sociologia pouco envolvida nas questões públicas.³ Contudo, no contexto brasileiro, existe uma tradição consolidada de intelectuais públicos que se vincularam de forma estreita aos debates e conflitos sociais presentes na arena pública. Esses elementos demonstram que a apropriação crítica de uma categoria formulada à luz do contexto da sociologia norte-americana somente faria sentido no Brasil dadas as condições objetivas da sociologia existente no país.

¹ A distinção entre uma sociologia pública *com* e *para* públicos extra-acadêmicos diz respeito aos tipos possíveis que Burawoy (2005a) demarca, respectivamente, para a sociologia pública *orgânica* e a sociologia pública *tradicional*.

² O termo “engajamento”, do francês *engager*, tem sua origem no século XIX, em meio aos debates sobre a função das convicções e dos valores do escritor e sua utilidade política, em um mesmo contexto de surgimento do termo “intelectual”. Nos anos 1940, a palavra foi popularizada com sua utilização pelo filósofo francês Jean-Paul Sartre (1905-1980), embora o engajamento extrapole os intelectuais, se entendidos como uma categoria específica. Entendo por engajamento, ou engajamento público, uma ação ou discurso de comprometimento com questões públicas. O fato de tomar parte de um conflito não deve ser entendido, porém, de forma voluntarista, por meio de uma decisão “soberana” de se engajar. Por outro lado, o enfoque para as “experiências” de engajamento abre mais espaço para as possibilidades de traçar diferentes caminhos e direções de engajamento, considerando as condições sociais nas quais essas experiências estão inseridas.

³ A sistematização da categoria “sociologia pública” ocorreu em circunstância da abertura do congresso da Associação Americana de Sociologia (ASA) em 2004, por seu então presidente Michael Burawoy. Posteriormente, entre 2010 e 2014, o sociólogo foi presidente da Associação Internacional de Sociologia (ISA).

Parto do princípio de que a sociologia pública ecoa no Brasil menos como uma exigência em face da história da sociologia brasileira e mais como uma crítica indireta ao atual estado da sociologia no país.⁴ A sociologia pública pode consistir em uma alternativa ao nível de profissionalização burocrática que vem se consolidando na sociologia brasileira nos últimos anos. Penso, por exemplo, no conjunto de mecanismos baseados em critérios de produtividade acadêmica, que, em muitos casos, engessam o fazer sociológico em detrimento de sua capacidade criativa. No ambiente competitivo do circuito acadêmico, a publicação em periódicos científicos localizados no topo dos *rankings* vem sendo o principal critério de avaliação de desempenho e de produtividade. A sociologia pública pode ser útil para repensar a produção e a divulgação do conhecimento sociológico nesses termos, ainda mais se levarmos em consideração que, em sua quase totalidade, essa produção científica é lida, quando muito, por alguns de nossos pares acadêmicos.⁵

Ruy Braga, Sylvia Garcia e Leonardo Mello e Silva (2009) consideram que é difícil imaginar um país onde o debate sobre a sociologia pública faça mais sentido do que no Brasil: em primeiro lugar, em virtude da estrutura desigual da sociedade brasileira, que oferece um rico material histórico para a sociologia crítica, reflexiva e engajada com públicos extra-acadêmicos; e, em segundo lugar, pela presença de uma tradição de sociologia crítica e militante inaugurada por Florestan Fernandes, que dialoga fortemente com a proposta de Michael Burawoy. Segundo Jacob Lima, no caso brasileiro, essa sociologia engajada com públicos e localizada na arena dos debates e das ações políticas esteve presente sobretudo no período da ditadura, sendo, no período seguinte, seguida por “preocupações mais profissionais” (LIMA, 2014, p. 58). Tendo como panorama justamente esse estado da sociologia contemporânea, mais profissional e menos “pública”, temos, segundo o autor, a motivação para travar

⁴ Obviamente, não pretendo me referir de forma esquemática ao estado complexo e heterogêneo da sociologia brasileira contemporânea, mas sim chamar a atenção para o fato de ela estar, em muitos casos, voltada tão somente para o circuito restrito do ambiente acadêmico.

⁵ Pensando na intensa demanda por publicação de artigos nas condições descritas, faço essa avaliação mais como um relato baseado em experiências pessoais, um exercício de reflexividade, como integrante da equipe editorial da revista dos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), e sobretudo como docente de uma instituição federal de ensino.

esse debate no país. Considero essas, portanto, as condições objetivas que dão sentido ao debate da sociologia pública no Brasil.

Como o próprio Burawoy (2005a) considera, a sociologia pública não é resultado apenas de embates e de discursos localizados no interior da disciplina; também se encontra mediada por configurações e processos societários de caráter mais amplo e de certa forma os reflete. Entendendo a pesquisa sociológica como um “artesanato intelectual” (MILLS, 2000), que constrói, desconstrói e reconstrói novos sentidos e possibilidades interpretativas, essa leitura parte de uma crítica imanente e transcendente dos sociólogos em tela: sem intenção de reduzir a categoria de sociologia pública de Burawoy, mas sim de buscar apreender e apontar a lógica interna da teoria e também de incorporar, seletivamente, de uma perspectiva própria, um olhar externo, uma interpretação que a sociologia pública oferece.

Considerando as indicações apontadas anteriormente, para efeitos de exposição, as reflexões neste artigo foram amparadas em textos e contribuições do sociólogo Michael Burawoy, em especial na célebre conferência “For the public sociology” (BURAWOY, 2005a) na condição de presidente da ASA em 2004.

Etnografia pública e reflexividade

A sociologia nasce, no século XIX, como forma de responder aos desafios impostos pelas novas configurações do mundo capitalista urbano-industrial a partir de uma perspectiva que não se limitava à análise; também se apresentava como intervenção prática. Ou seja, o engajamento público da sociologia e dos sociólogos tem sua existência desde o surgimento da própria sociologia como ciência. Nos Estados Unidos, uma inflexão desse impulso “reformista” cedeu lugar à defesa de uma sociologia mais profissional e institucionalizada especialmente no pós-Segunda Guerra. É sobretudo nesse quadro de embates entre a profissionalização restrita ao ambiente acadêmico e a intervenção mais diretamente política tanto da disciplina, no sentido coletivo, quanto dos sociólogos, como atores políticos, que nasce o debate em torno da sociologia pública. Apesar de ter aparecido pela primeira vez, de forma sistematizada, no discurso de Burawoy, como uma resposta direta ao estado

atual da sociologia dos Estados Unidos, sustento aqui que a sociologia pública não é um ponto da agenda do debate *exclusivo* da sociologia norte-americana. Trata-se, portanto, de verificar como a categoria “sociologia pública” permite iluminar novas perspectivas sobre o papel da sociologia na sociedade contemporânea.

Professor da Universidade da Califórnia, em Berkeley, Michael Burawoy é considerado um dos principais sociólogos da atualidade. Sua trajetória sociológica é marcada pela análise do trabalho no contexto das relações de produção capitalista e socialista do ponto de vista dos mais imediatamente envolvidos nesses processos: os operários. Para tanto, Burawoy combinou esse interesse com uma experiência de mais de vinte anos de trabalho como operário em quatro diferentes países entre as décadas de 1970 e 1990.

Suas experiências de pesquisa participante tiveram como orientação uma concepção de etnografia capaz de construir as conexões micro e macro pela reconstrução teórica: “Se meus pontos de partida têm sido minas e fábricas, meu destino final são universos mais amplos, procurando compreender a economia, o Estado e a sociedade dentro da qual aquelas estão inseridas e através da qual são transformadas” (BURAWOY, 2014, p. 282). O “estudo de caso ampliado”⁶ permitiu, portanto, pôr em tela os processos históricos por meio das experiências no chão da fábrica, no interior dos processos de trabalho: descolonização (Zâmbia), transição para o “capitalismo organizado” (Chicago), transição para o socialismo soviético (Hungria) e transição do socialismo soviético para o capitalismo (União Soviética/Rússia).

No fundo desses trabalhos, podemos encontrar uma preocupação do autor com a defesa de uma “sociologia reflexiva”. Segundo Burawoy (2014, p. 29), a reflexividade é uma ferramenta indispensável para a pesquisa sociológica e precisa se estender de nossa relação com o objeto de estudo para nossa própria compreensão e prática do exercício da sociologia. Portanto, como parte de um modelo científico que lhe é próprio, a ciência reflexiva, e realizando-se por meio do engajamento.

⁶ Denominado por Burawoy (2014) “extend case method”, é usualmente traduzido como “método do estudo de caso ampliado”. Burawoy (2014, p. 119) também se refere ao “estudo de caso ampliado” como método da Escola de Antropologia Social de Manchester.

Na condição de cientistas sociais, somos parte do mundo que estudamos. Geralmente, nós nos isolamos dos dilemas que isso produz. Erguemos as barricadas da torre de marfim pra nos proteger, relegando a tarefa de coletar dados, acessando o mundo empírico à distância, sepultando-nos em arquivos ou mesmo encurralando nossos objetos de pesquisa em laboratórios. Como observadores participantes, deixamos pra trás essas proteções e mergulhamos mundo afora, o que nos força a refletir mais profundamente sobre nossas relações com esse mundo – relações que são tanto inerentes à imediatez das comunidades que estudamos como se estendem também para nossas responsabilidades e obrigações como cientistas sociais de uma forma geral, independente das técnicas que empregamos. Como um caso extremo de pesquisa, a observação participante ajuda-nos a refletir sobre as tensões existentes entre nossa prestação de contas perante o mundo que estudamos e nossas obrigações frente à comunidade acadêmica. (BURAWOY, 2014, p. 305).

Do etnógrafo público para a sociologia pública, o interesse de Burawoy parece ser o de resgatar a figura do intelectual em relação com as classes subalternas, em estreito vínculo com um conhecimento reflexivo. Para o sociólogo, em referência a Antonio Gramsci, a teoria não é necessariamente incompreensível às pessoas comuns; a ciência social e o senso comum não são conhecimentos isolados e, embora nem sempre seja fácil, é possível construir uma passagem do senso comum à ciência social, bem como elaborar o bom senso por meio do senso comum. É com essa clara referência a Gramsci que Burawoy apresenta como proposta a sociologia pública, cuja gênese pode ser buscada em sua experiência como etnógrafo público (BURAWOY, 2014, p. 14). São esses os elementos que vão servir de base para o desenvolvimento de Burawoy da categoria de “sociologia pública”, como veremos em seguida.

Berkeley, 2004: Michael Burawoy por uma Sociologia Pública

O relato a seguir é do sociólogo norte-americano Craig Calhoun (1952-...), que descreveu com riqueza de detalhes o momento em que a sociologia pública foi apresentada na conferência de posse de Michael Burawoy como presidente da Associação Americana de Sociologia (ASA):

Havia um clima de excitação, o ápice de uma semana de discussões altamente enérgicas da “sociologia pública” e também o produto de um ano em que Burawoy tinha

atravessado os Estados Unidos falando com vários grupos e conclamando aqueles que, em detrimento da ASA [Associação Americana de Sociologia], frequentemente dão preferência à participação em encontros locais ou ativistas para vir a São Francisco. [...] Um salão com capacidade para milhares de pessoas estava lotado (eu cheguei cedo e ainda tive que ficar no fundo, em pé). O discurso se prolongou quase o dobro do tempo previsto, mas poucos tinham ido embora. Ao final, os grupos de estudantes de Berkeley, vestindo camisetas pretas proclamando “Marx, o primeiro sociólogo público”, percorriam os corredores para recolher as questões. A emoção não foi um acaso, mas refletiu uma coincidência de um bom momento com o perspicaz reconhecimento dos compromissos duradouros e desejosos de muitos sociólogos. Os sociólogos tiveram não somente seu ativismo encorajado, mas sua autoestima ampliada. De fato, havia mais que um pouco de autoafirmação no ar. Na verdade, também houve resmungos de alguns, especialmente dos sociólogos mais velhos, brancos, homens e altamente profissionais. Mesmo a maioria destes apreciou a exuberância do momento – e o enorme sucesso organizativo e de mobilização recorde do encontro anual. A sociologia pública foi um sucesso. Mas o que é a sociologia pública como projeto duradouro? (CALHOUN, 2005, p. 355, tradução minha).⁷

Os principais argumentos norteadores da ideia de sociologia pública foram apresentados por Burawoy em torno de onze teses,⁸ com o objetivo de amparar a defesa de uma sociologia engajada capaz de se consagrar como ciência. As linhas gerais da argumentação teórica e metodológica presentes nessas teses são, resumidamente, as seguintes:⁹

I. *O movimento de tesoura*: embora a sociologia tenha se movido para a esquerda, o mundo tem se movido para a direita do espectro político; em outras palavras, a aspiração pela realização da sociologia pública se torna mais forte, mas sua realização mais difícil (p. 6).

II. *A multiplicidade de sociologias públicas*: não é nada mais que a expressão da multiplicidade de públicos existentes na sociedade (p. 7).

III. *A divisão do trabalho sociológico*: a sociologia é parte de uma divisão mais ampla do trabalho sociológico, que também inclui a sociologia para políticas públicas, a sociologia profissional e a sociologia crítica (p. 9).

⁷ As citações traduzidas de originais em inglês são minhas.

⁸ As onze teses de Burawoy foram elaboradas em clara alusão às *Teses sobre Feuerbach*, que consistem em onze breves notas filosóficas escritas por Marx (2002) em 1845. Mais especialmente na 11ª tese, que reivindica que o educador também é educado, podemos encontrar um paralelo com os argumentos para a defesa de sociologia pública *orgânica*, como veremos adiante.

⁹ Todas as onze teses listadas podem ser encontradas em Burawoy (2005a), na página indicada entre parênteses.

IV. *A elaboração da complexidade interna*: os quatro tipos diferentes de sociologia são orientados e construídos por meio das questões “Conhecimento para quem?” e “Conhecimento para quê?” (p. 11).

V. *Localizando o sociólogo*: os sociólogos não apenas estão localizados em diferentes posições; também assumem trajetórias diferentes ao longo do tempo entre os quatro tipos de sociologia (p. 13).

VI. *O modelo normativo e suas patologias*: o florescimento da sociologia depende da interdependência recíproca entre os quatro tipos de sociologia (p. 15).

VII. *A disciplina como um campo de poder*: as disciplinas são campos de poder nos quais a interdependência recíproca é assimétrica e antagônica, o que hegemoniza um tipo de conhecimento em detrimento de outro (p. 17).

VIII. *História e hierarquia*: nos Estados Unidos, a história da sociologia é marcada pelo aprofundamento da sociologia profissional, concentrada no topo do sistema acadêmico, enquanto a sociologia pública é menos visível e concentrada nos níveis subalternos, excluídos da arena política e exilados da academia (p. 19).

IX. *Provincializando a sociologia americana*: embora apareça como universal, ela é particular, o que torna necessário remodelar não apenas a divisão do trabalho sociológico nacional mas também o global (p. 20).

X. *Dividindo as disciplinas*: as ciências sociais combinam, de forma variável, conhecimento instrumental (sobre meios) e conhecimento reflexivo (sobre fins). Por esse motivo, podem oferecer diferentes oportunidades de intervenção pública e política (p. 22).

XI. *Sociólogos como companheiros*: a sociedade civil e a defesa do social¹⁰ são o ponto de vista da sociologia (p. 24).

Burawoy localizou historicamente a sociologia pública a partir de sua teoria sobre as três ondas da sociologia, produzidas pelas particularidades históricas e nacionais. Segundo o sociólogo, a primeira onda da sociologia consistiu em uma reação à chamada “primeira onda da mercantilização do capitalismo” e foi marcada por um grande desenvolvimento da sociedade civil, que serviu como base de criação da sociologia, de teor marcadamente utópico,

¹⁰ Burawoy (2005a) destaca que o título dessa última tese (*partisan* no original) foi inspirado no ensaio de Gouldner (1968), “The Sociologist as Partisan: Sociology and the Welfare State”.

em um contexto europeu. Já a segunda onda da sociologia, cujo centro foi nos Estados Unidos, se estendeu do início da Primeira Guerra Mundial até a crise do chamado “socialismo real”. Apesar das descontinuidades e inflexões que marcaram esse quase um século, Burawoy destaca a acentuada presença estatal e o consequente estabelecimento de uma sociologia voltada para as políticas públicas, em colaboração com o Estado. A partir da crise dos anos 1970, os estados se tornaram mais hostis à sociologia e a seu projeto de defender e revigorar a sociedade civil (BURAWOY, 2007b). A sociologia da terceira onda é, portanto, uma reação contra a mercantilização da fase neoliberal do capitalismo: no momento atual, defender a sociedade civil por meio de uma política social nacional se tornou menos viável. Por esse motivo, a sociologia precisa recorrer cada vez mais aos públicos como audiência privilegiada, extra-acadêmica (BURAWOY, 2007b). Ao contrário das duas ondas anteriores, que tiveram seus centros na Europa e nos Estados Unidos, respectivamente, a terceira onda estaria localizada nas periferias do mundo e orientada por horizontes globais. O ímpeto da sociologia da terceira onda seria, portanto, a *sociologia pública*.

As considerações recuperadas anteriormente sugerem que a sociologia vem, nos últimos anos, movimentando-se em direção oposta ao mundo sobre o qual debruça sua análise. Em outras palavras, trata-se de um “movimento de tesoura”, em que “o centro da gravidade política da sociologia vem se deslocando em uma direção crítica,¹¹ enquanto o mundo estudado por ela tem se movido em uma direção contrária” (BURAWOY, 2005a, p. 6), mais conservadora e privatizante. A sociologia pública é, portanto, uma reação às políticas de privatização que tiveram início nos anos 1970 e que conformam hoje um quadro de precariedade social, marcado pelos fenômenos da exploração, da exclusão e da expropriação. A privatização da vida suspendeu a importância da esfera pública e da noção de “bem público”, elementos que merecem ser ressuscitados como forma de defender a própria existência da sociedade e, conseqüentemente, da sociologia (BURAWOY, 2005a).

¹¹ Burawoy e Wright (2008) lembram, “por exemplo, que em anos recentes vários presidentes da Associação Americana de Sociologia foram imediatamente identificados com a esquerda – Frances Fox Piven (2007), Troy Duster (2005), Michael Burawoy (2004) e Joe R. Feagin (2000)”. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevista-erik-olin-wright-e-michael-burawoy>>. Acesso em: 10 out. 2016.

Ao mesmo tempo, a proposta da sociologia pública foi lançada em um momento de intensas controvérsias no interior da própria disciplina. Além da diversidade de perspectivas que refletem a organização institucional da sociologia, Burawoy rememora as polêmicas em torno da votação na ASA em relação à Guerra do Iraque em 2003.¹² Segundo o sociólogo, “75% daqueles que votaram na mesma época se declararam contra a guerra (maio de 2003) no momento em que 75% da população americana em geral apoiava a invasão” (BURAWOY, 2005a, p. 6). Diferente situação, utilizada por Burawoy para referendar sua tese do “movimento de tesoura”, também envolvendo membros da ASA, ocorreu em 1968, na ocasião da Guerra do Vietnã, em que dois terços se opuseram à tomada de alguma posição da ASA em relação à guerra. Apesar disso, em questionário separado, 54% dos membros expressaram oposição individual sobre o mesmo assunto. A resolução deliberada pelos membros da ASA em 2003 não ocorreu sem questionamentos por parte de seus membros. De forma geral, os argumentos contrários à tomada de posição se referiram ao fato de que a resolução seria uma politização perigosa, sobretudo por envolver uma organização de caráter predominantemente científico.

É nesse sentido que Burawoy apresenta a sociologia pública como um tipo de conhecimento reflexivo, que permite canalizar as reações à crise em direção à revitalização da sociedade civil. Ou seja, consiste em um tipo de sociologia capaz de transcender o âmbito acadêmico em direção a públicos mais amplos da sociedade, extra-acadêmicos.¹³ Ao propor um diálogo reflexivo junto aos públicos da sociedade civil, a sociologia pública diz respeito a uma

¹² A referida votação ocorreu em finais de maio de 2003, pouco tempo antes de Burawoy tomar posse como presidente da associação.

¹³ Uma importante referência para Burawoy são as contribuições de Charles Wright Mills (1916-1962), considerado “líder da sociologia pública tradicional” (BURAWOY, 2005a, p. 9), por ter contribuído para a crítica da sociologia instrumental em sua defesa das bases do que Burawoy denomina sociologia pública e sociologia crítica, em uma discussão no âmbito do intelectual público. A contribuição de Mills foi além da crítica ao empirismo rasteiro e ao pensamento de Talcott Parsons (1902-1979), a chamada “grande teoria”, em uma época em que a sociologia norte-americana era dominada pelo conformismo de seu estrutural-funcionalismo, exaltando sua “objetividade” e “imparcialidade”; também propôs um diferente estilo de pensar e de exercitar a sociologia, sublinhando a responsabilidade social do sociólogo. Em *A imaginação sociológica*, de 1959, Mills (2000) considera que a sociologia deveria assumir seu caráter reflexivo, em constante diálogo com a vida cotidiana, transformando questões privadas em problemas públicos.

concepção de conhecimento e de prática sociológica que envolve uma sociologia politicamente engajada.¹⁴

Além das questões apontadas anteriormente, a elaboração da categoria de sociologia pública encontra relação direta com duas questões centrais, segundo Burawoy, para reconstruir e revitalizar o debate sociológico.

A primeira questão é “Conhecimento para quem?”. A sociologia dialoga com seus próprios pares ou com o grande público? De acordo com as indicações de Burawoy (2009), essa questão diz respeito a uma distinção entre audiências: de um lado, a comunidade de acadêmicos e de cientistas que buscam compreender e explicar o mundo (audiência acadêmica); de outro, as pessoas para além da academia (audiência extra-acadêmica).

A segunda questão, “Conhecimento para quê?”,¹⁵ separa analiticamente o conhecimento de seus meios eficazes de seus fins últimos. O conhecimento sociológico é instrumental, ou seja, está preocupado em indicar os meios apropriados a determinados fins ou, por outro lado, é reflexivo, dedicado à discussão daqueles mesmos fins? Essa questão se refere ao modo como diferentes grupos podem se beneficiar da sociologia enquanto conhecimento que auxilia os indivíduos a compreenderem seu lugar no mundo (BURAWOY, 2009) e que reconhece os próprios intelectuais (incluindo os sociólogos) como parte inerente do mundo estudado por eles (BURAWOY, 2005b). É com base nessas duas questões, relacionadas ao caráter reflexivo da sociologia orientado para audiências extra-acadêmicas, que Burawoy formula sua proposta da sociologia pública.

Como vimos, a sociologia pública tem o interesse em estabelecer um diálogo com públicos extra-acadêmicos a respeito de questões de relevância para a sociedade. Burawoy confere, portanto, ênfase no conhecimento reflexivo direcionado a uma audiência de públicos localizados na esfera da sociedade civil. Além disso, dependendo da forma como a sociologia é colocada em

¹⁴ Cabe destacar que essa concepção não coloca em xeque a validade científica do conhecimento sociológico. A sociologia pública, nos termos de Burawoy, contempla a possibilidade de intervenção na disputa política da sociedade sem, contudo, abandonar o rigor sociológico e a objetividade científica – o que, em nenhuma hipótese, pressupõe neutralidade em relação aos valores. Como veremos mais adiante, a sociologia pública é formulada conjuntamente a uma teoria da “divisão do trabalho sociológico”.

¹⁵ A questão “Sociologia para quem?” foi posta por Alfred McClung Lee em 1976, em seu discurso presidencial da ASA. Já a outra questão – “Sociologia para quê?” – foi colocada por Robert Lynd em 1939.

diálogo com os públicos extra-acadêmicos, a sociologia pública pode ser classificada como tradicional ou orgânica.

A sociologia pública tradicional é aquela que “instiga debates em ou entre públicos, embora o sociólogo possa realmente não participar desses debates” (2005a, p. 7). Os públicos com os quais a sociologia pública tradicional dialoga são amplos, passivos e rarefeitos, com presença meramente amorfa – leitores de colunas sociológicas de jornal, estudantes de sociologia, entre outros. Enquanto isso, a sociologia pública orgânica trabalha em conexão dialógica com os públicos, que participam ativamente dessa interação. A relação estabelecida se caracteriza, segundo Burawoy, como um “processo educativo mútuo” (2005a, p. 8).¹⁶ A sociologia pública orgânica é desempenhada junto a movimentos sociais, sindicatos, associações de moradores, organizações de luta por direitos, entre outros. Nesses casos, os públicos são mais ativos, locais e densos.

Burawoy formula uma teoria articulada da divisão do trabalho sociológico que se propõe a repensar e a refazer a relação da sociologia com a academia, as demais disciplinas, os estudantes e os demais pares acadêmicos. No centro dessa teoria, está a preocupação do autor em conceber e legitimar a sociologia como forma de praticar política e, sobretudo, de incentivar sua relação com públicos extra-acadêmicos. Por essas razões, a sociologia pública não constitui o único horizonte possível para a sociologia, mas se insere em uma divisão do trabalho sociológico que inclui também a sociologia para políticas públicas, a sociologia profissional e a sociologia crítica. Como vimos, as sucessivas ondas do desenvolvimento do capitalismo e do mercado não são reduzidas, de forma imediata, a diferentes tipos de conhecimento. O que Burawoy (2007a) enfatiza é como as sucessivas condições históricas reconfiguram o conteúdo das relações entre Estado, mercado e sociedade civil, e como essas relações e processos condicionam as relações entre os quatro tipos de conhecimento sociológico.

A teoria da divisão do trabalho sociológico permite, portanto, esclarecer o que Burawoy entende por sociologia e as relações que esse conhecimento é capaz de engendrar para dentro de si e para fora, em sua relação com as

¹⁶ Antonio Gramsci é uma importante referência para Burawoy pensar o papel do sociólogo público orgânico, como vamos observar mais adiante.

demais disciplinas. A sociologia é entendida como um campo disciplinar dinâmico, atravessado por relações de poder, no qual os sociólogos se inserem no interior dos quadrantes que definem a divisão do trabalho e entre esses quadrantes. Na tentativa de apresentação da teoria da divisão do trabalho sociológico proposta por Burawoy, utilizamos como inspiração o recurso didático do sociólogo (BURAWOY, 2005a) e as particularidades de cada um de seus quatro tipos de sociologia – pública, profissional, crítica e para políticas públicas.

Ao final da conferência na ASA dedicada à sociologia pública, Burawoy (2005a) oferece algumas pistas do ideal normativo que ampara esse programa, a partir de uma relação com um público localizado na sociedade civil. A indicação de um público privilegiado e a preferência de Burawoy por esse público – os “subalternos” – para a sociologia pública não excluem a possibilidade de interlocução com os mais variados públicos.

Tendo em vista a ampla difusão e o caráter polissêmico do termo *sociedade civil*, a ponto de permitir muitas interpretações e ambivalências, é importante examinar criticamente as apropriações que dele têm sido feitas. Assim como *público* e *esfera pública*, a categoria de sociedade civil precisa ser apreendida em sua complexidade, como um espaço de lutas e conflitos sociais.

Em Burawoy – com base no pensamento de Gramsci –, a sociedade civil é um espaço de disputas e de conflitos, que se manifestam tanto por processos de acomodação quanto de resistência. É nela que as classes lutam para conquistar hegemonia, direção política. Na literatura que discute a relação entre o Estado e a sociedade civil, podemos identificar uma vertente que situa a sociedade civil como parte da constituição de uma esfera pública, que se diferencia tanto da esfera tipicamente estatal quanto das regras estritas do mercado.¹⁷

¹⁷ Segundo Coutinho (1992, p. 76-77), baseando-se em Gramsci, “o Estado, em sentido amplo, com ‘novas determinações’, comporta duas esferas principais – a *sociedade política* (que Gramsci também chama de ‘Estado em sentido estrito’ ou de ‘Estado-coerção’), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa)”.

Essas constatações põem em cena alguns elementos que merecem destaque. Em primeiro lugar, a natureza conflitiva das relações entre Estado, sociedade e mercado. Em segundo lugar, e conseqüentemente, os antagonismos presentes no interior da sociedade civil, que a caracterizam como espaço de consentimento e de resistência. Por fim e dessa forma, os públicos não podem ser tomados como homogêneos. Embora sejam orientados por identidades plurais, seus interesses se chocam uns com os outros.

De todo modo, os esforços para explicar a história, os fundamentos e os processos internos das categorias de público, de esfera pública e de sociedade civil, por meio do trabalho de reconstrução teórica com base na síntese empírica, não devem ser dispensados. Conforme Burawoy argumenta, as cisões presentes no interior da sociedade civil são reproduzidas na divisão do trabalho sociológico, já que a sociologia reflete, em última instância, a própria sociedade.

Um debate sobre o engajamento público dos intelectuais

Quando Burawoy destaca a legitimidade de uma sociologia engajada *para e com os públicos*,¹⁸ em especial os subalternos, o que está em questão é o entendimento do sociólogo como exercício da sua função *intelectual* na sociedade. O próprio Burawoy compreende que o sociólogo público é uma variação especializada do intelectual, tendo sua comunicação pública limitada pela sua área de especialidade em vez de abordar questões de interesses mais gerais (BURAWOY, 2005a).

Uma hipótese que busco levantar é a de que o debate sobre a sociologia pública faz parte de uma temática mais ampla sobre o intelectual público. Parto da ideia de que a sociologia pública permite recolocar o debate e o vínculo entre conhecimento sociológico e engajamento público. Para além da perspectiva particularista da sociologia pública, a categoria de “intelectual” parece assumir papel fundamental para oferecer uma visão mais ampliada dessa questão.

¹⁸ Como vimos, essa defesa está localizada no interior de uma teoria da divisão do trabalho sociológico que também envolve outros três estilos possíveis de sociologia.

A palavra “intelectual” vem sendo objeto de muitas discussões desde que surgiu na França, no final do século XIX, durante os debates no Caso Dreyfus, que envolveu a participação ativa de Émile Zola (1840-1902), romancista francês precursor do gênero naturalista na literatura. Cidadão francês, judeu, oficial da artilharia, Dreyfus foi vítima de uma falsa acusação de traição ao exército da França. Zola publicou o manifesto *J'accuse!* (2010), no qual defendia a inocência de Dreyfus e criticava a postura antissemita e autoritária do exército. Em virtude da carta, o escritor foi preso e expulso da França no mesmo ano em que Dreyfus foi finalmente libertado, após anos. Somente em 1906, o Estado francês reconheceu a injustiça cometida nesse caso.

Entre as variadas acepções do termo “intelectual”, no *Dicionário de política* (BOBBIO et al., v. 1, 2007), é atribuído a uma categoria específica no interior da divisão social do trabalho. Intelectuais, nesse caso, seriam aqueles responsáveis pela produção e pela aplicação de conhecimentos e valores. Outro sentido possível é a ideia de intelectual como escritores, artistas e cientistas que, por meio de sua competência específica, se engajam com determinada autoridade e influência nos debates públicos. Entretanto, apoiando-nos nas próprias concepções de Burawoy acerca do sociólogo público como categoria particular do *intelectual público*, a referência para o debate aqui parte das contribuições de Antonio Gramsci.

Segundo Gramsci (1982), existem duas categorias de intelectual que respondem a processos históricos distintos de sua formação. Em primeiro lugar, o intelectual como categoria especializada de determinado grupo social, produzido de forma orgânica e que confere certa homogeneidade a esse mesmo grupo. O intelectual tem capacidade técnica, mas sobretudo é dotado de capacidade dirigente de *organização* das massas:

Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos”, que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz. (GRAMSCI, 1982, p. 4).

O segundo tipo diz respeito à categoria de intelectuais tradicionais, já existentes de formas sociais e políticas anteriores, que, por isso mesmo, se autoproclamam – ainda que não o sejam – ideologicamente autônomos e

independentes. Para Gramsci, mediante essas formações históricas variadas de tipos de intelectual, não é possível encontrarmos um critério intrínseco às atividades intelectuais. Isso porque, segundo o filósofo, “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1982, p. 7). Ao mesmo tempo que podemos falar de intelectuais, não podemos falar em não intelectuais, na medida em que o que existem são variações desse exercício em maior ou menor grau – tais variações são formadas historicamente, em conexão com grupos e classes sociais, e não independentes destes. Assim, podemos verificar que a caracterização do sociólogo público orgânico de Burawoy foi construída em clara referência ao intelectual orgânico de Gramsci.

Além disso, o contexto histórico da sociologia pública de Burawoy parece coincidir com aquele relatado por Jacoby (1990) sobre os intelectuais nos Estados Unidos. A tese desse autor é a de que, nos Estados Unidos, “o intelectual não acadêmico” desapareceu completamente, restando apenas alguns professores universitários que se dirigem principalmente para a promoção acadêmica, e não para a mudança social. De acordo com Jacoby (1990), esse resquício da figura do intelectual nos Estados Unidos não tem nenhum interesse em lidar com o mundo fora da academia. Tudo o que restou foi uma geração de intelectuais substituída por “técnicos” de sala de aula, impenetráveis ao grande público e orientados prioritariamente pela defesa de sua estabilidade e pela consagração acadêmica.

Para Said (2005), o cenário pessimista descrito por Jacoby (1990) não diz respeito somente aos Estados Unidos. A descaracterização da vida intelectual, segundo o autor, é o sintoma de um mundo cerceado pelo que denomina “profissionalismo”:¹⁹

A ameaça específica ao intelectual hoje, seja no Ocidente, seja no mundo não ocidental, não é a academia, nem os subúrbios, nem o comercialismo estorpecido do jornalismo e das editoras, mas antes uma atitude que vou chamar de profissionalismo. Por profissionalismo eu entendo pensar no trabalho do intelectual como alguma coisa que você faz para ganhar a vida, entre nove da manhã e cinco da tarde, com um olho no relógio e outro no que é considerado um comportamento apropriado, profissional – não entornar o caldo, não sair dos paradigmas ou limites aceitos, tornando-se, assim,

¹⁹ Que foge, até, de uma acusação sobre uma suposta “imoralidade” desse fenômeno.

comercializável e, acima de tudo, apresentável e, portanto, não controverso, apolítico e “objetivo”. (SAID, 2005, p. 78).

As contribuições de Said sobre o intelectual nos tempos de hoje são uma referência importante para o debate que busco traçar neste artigo. Em ocasião do ciclo de debates das Conferências Reith, transmitidas ao vivo em 1993 pelo canal inglês BBC, o autor abordou o tema do intelectual como *outsider*. Para Said, uma das tarefas do intelectual consiste em “derrubar os estereótipos e as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a comunicação” (2005, p. 10). Com efeito, mesmo não podendo vincular a figura do intelectual a uma linha partidária definida, a orientação geral dos intelectuais deve estar relacionada com “os padrões de verdade sobre a miséria humana e a opressão”. (SAID, 2005, p. 12):

A questão central para mim, penso, é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público. (SAID, 2005, p. 25).

Nessa linha de pensamento, o autor denomina “representações intelectuais” a atividade em si do intelectual, o que ele representa e como essas ideias são apresentadas para uma audiência. A atividade é realizada por meio de uma atitude comprometida e devotada à investigação racional e ao juízo moral e, por isso mesmo, expõe o indivíduo (intelectual) e o põe em risco. Isso porque, segundo Said, o intelectual representa uma voz empenhada e compreensível, cujas tarefas estão relacionadas, no fim das contas, por uma combinação entre esclarecimento e emancipação (liberdade). O ideal emancipatório não corresponde a uma abstração; encontra-se enlaçado de forma orgânica a uma experiência concreta da sociedade – “a dos pobres, dos desfavorecidos, dos sem voz, dos não representados, dos sem poder” (SAID, 2005, p. 114).

Visto que o sociólogo público é, da perspectiva de uma divisão do trabalho intelectual, um tipo particular de intelectual público, em que medida podemos considerar a sociologia pública como projeto duradouro, seguindo a questão levantada por Calhoun (2005)?

Considerações finais

Conforme vimos, a sociologia pública permite vincular uma proposta de teoria articulada com a prática (e vice-versa), na forma de uma sociologia engajada com públicos extra-acadêmicos nas lutas de seu tempo. O enraizamento desse debate, originalmente realizado em função da sociologia norte-americana, no contexto brasileiro está apoiado em uma compreensão de um aprofundamento do “profissionalismo”, no sentido que buscamos resgatar de Said (2005). Esse processo, de ordem mais geral, está relacionado com a formação e a atuação de intelectuais desvinculados da intervenção pública. Sem pretender realizar uma transposição mecânica desses processos para o Brasil, não podemos ignorar a forte tradição de sociologia pública em nosso país, bem como a existência, na atualidade, de centros e de experiências de sociologia direcionados a um público extra-acadêmico. Embora reconheçamos essa tradição na sociologia brasileira, seria inadequado caracterizar o atual estado da sociologia no país tão somente em função de seu passado – ainda que não seja longínquo. Desse modo, não podemos fechar os olhos para o fato de a sociologia contemporânea ser marcada por certa “profissionalização” e descolamento entre a produção sociológica e o engajamento com públicos extra-acadêmicos,²⁰ o que torna o debate em torno desse tema profícuo para os caminhos da sociologia no Brasil.

A própria sociologia pública está inscrita não apenas em suas referências do passado mas também nas lutas do presente. Como nos instruiu Burawoy, as possibilidades e as limitações da sociologia pública são uma prova disso. Os caminhos estão abertos aos sociólogos, que respondem aos desafios de seu tempo histórico; e o nosso tempo revela que nossos desafios são muitos.

Referências

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UnB, 2007. v. 1.

²⁰ O panorama da sociologia brasileira contemporânea quanto a seu engajamento com públicos extra-acadêmicos faz parte de um debate complexo que merece, obviamente, análises aprofundadas em estudos posteriores.

BURAWOY, Michael. 2004 presidential address: for public sociology. **American Sociological Review**, v. 70, n. 1, 2005a.

_____. Third-wave sociology and the end of pure science. **The American Sociologist**, 2005b.

_____. The field of sociology: its power and its promise. In: CLAWSON, Dan et al. (Org.). **Public sociology: fifteen eminent sociologists debate politics and the profession in the twenty-first century**. Berkeley: University of California, 2007a.

_____. Open the social sciences: to whom and for what? **Portuguese Journal of Social Science**, v. 6, n. 3, 2007b.

_____. Cultivando sociologias públicas nos terrenos nacional, regional e global. In: BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael. **Por uma sociologia pública**. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. **Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica**. São Paulo: Alameda, 2014.

BRAGA, Ruy; GARCIA, Sylvia; MELLO SILVA, Leonardo. Sociologia pública: considerações a partir do Brasil. In: BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael. **Por uma sociologia pública**. São Paulo: Alameda, 2009.

CALHOUN, Craig. The promise of public sociology. **The British Journal of Sociology**, vol. 56, n. 3, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GOULDNER, Alvin W. The sociologist as partisan: sociology and the welfare state. **The American Sociologist**, vol. 3, n. 2, p. 103-116, 1968. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27701326>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

JACOBY, Russell. **Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia**. São Paulo: Trajetória Cultural: Edusp, 1990.

LIMA, Jacob Carlos. Florestan Fernandes e a profissionalização da sociologia – algumas considerações. **Revista Florestan**, Revista da Graduação em Ciências Sociais da UFSCar, v. 1, n. 1, 2014.

MARX, Karl. **A ideologia alemã/teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Centauro, 2002.

MILLS, Charles Wright. **The sociological imagination**. New York: Oxford University Press, 2000.

SAID, Edward. **Representações do intelectual**: as conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.